

Viver o mar: as territorialidades na pesca artesanal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.¹

Lícia Cristina Viana Silva Santos (UFMA/Maranhão)

RESUMO: Este trabalho pretende abordar a questão da territorialidade nos ambientes marítimos vivida pelos pescadores e pescadoras artesanais e como esse conceito é discutido em disciplinas como a antropologia e a geografia. A partir dessa discussão, pretende-se apresentar as formas como as territorialidades estão vinculadas aos saberes e as relações entre pessoas. O caso empírico demonstra como essas territorialidades são dispostas na pesca artesanal em Atins, povoado localizado no município de Barreirinhas, no estado do Maranhão e que faz parte de um conjunto de povoados que foram abarcados pela instauração de uma Unidade de Conservação do tipo integral, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Este fato contribui para a compreensão dos desafios que se impõem à pesca artesanal no povoado, visto que além das territorialidades que são familiares aos pescadores artesanais que já está em recorrente processos de transformação da própria natureza que implica em mudanças dos locais de pesca, há também a sobreposição de uma territorialidade construída por parâmetros que não levam em conta as formas de viver desses pescadores. Para demonstrar a forma como essas várias faces de viver a territorialidade na pesca artesanal em Atins, apresentarei desenhos feitos por alguns pescadores e pescadoras que além de nos dar um panorama das transformações causadas pela natureza e a maneira como classificam estes espaços, mostram também o uso que fazem dos ambientes marítimos para a pesca artesanal.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Territorialidades. Unidade de Conservação.

INTRODUÇÃO

Na trajetória da antropologia como disciplina, e a partir da ruptura metodológica utilizada pelos chamados antropólogos de gabinete, a etnografia tem sido largamente utilizada como instrumento primordial de obtenção de informações. Os Argonautas do Pacífico Ocidental, de Bronislaw Kasper Malinowski (1884-1942) é um exemplo emblemático dessa perspectiva.

¹Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

Esse clássico trabalho representou uma grande contribuição à nova abordagem metodológica que privilegia a observação direta e participante, a realização de fotografias, o uso do caderno de campo e também a elaboração de mapas. Isso tudo, como o próprio Malinowski (1976) afirma, possibilita um mergulho na vida dos nativos, permitindo que etnógrafo tenha acesso a distintos aspectos da cultura daqueles com os quais estabelece interação no transcurso do trabalho de campo.

Franz Boas (1858-1942), aliou à etnografia o uso de desenhos e mapas que se converteram em elementos cruciais para compreensão da vida da sociedade esquimó. Nesse caso, o uso de mapas objetivava ter acesso a informações que permitissem compreender o volume mental e o volume geográfico (MAUSS, 2015) dos grupos esquimós estudados.

Além de Malinowski que acompanhava os nativos para realizar o mapeamento das ilhas estudadas e Evans-Pritchard (1993) que incluiu desenhos e mapas que nos remetiam ao modo de vida dos Nuer, existem também nos dias de hoje antropólogos que além da etnografia fazem uso de desenhos, mapas e geoprocessamento, na tentativa de entender, a partir do uso de novas tecnologias (D'ANTONA, 2008), como os agrupamentos humanos percebem, classificam e usam os territórios em que vivem e trabalham.

Esses instrumentos de pesquisa, aliados a outras ferramentas, como o georreferenciamento, podem nos proporcionar uma dimensão visual de determinados aspectos da vida social e ambiental de determinados grupos. dar uma visualização e aperfeiçoar os relatos de campo e notas do pesquisador. O trabalho realizado diretamente com os sujeitos da pesquisa e em vários momentos, feito por eles, seja através de desenhos, indicação e classificação de locais de trabalho e outros ambientes considerados importantes a partir de marcação de pontos com uso de aparelhos de navegação por GPS (Global Positioning System) e confecção de mapas, dão contribuições importantes às reflexões antropológicas, abrindo novas possibilidades para realização da pesquisa etnográfica.

A cartografia social é também uma outra possibilidade que se alia à pesquisa etnográfica de modo a registrar informações a partir do ponto de vista dos grupos sociais estudados, de modo a construir representações sobre seus territórios (ACSELRAD, 2008). Ajuda a questionar formas de apropriação de territórios pelo Estado através de políticas de desapropriação de comunidades tradicionais em benefício de determinados empreendimentos, sejam estatais ou privados.

No caso empírico que serve de base ao presente artigo, nos detivemos primordialmente na compreensão da territorialidade da pesca artesanal em Atins, povoado que fica localizado no município de Barreirinhas e tem parte de seu território inserido numa unidade de proteção integral, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

A TERRITORIALIDADE NA PESCA ARTESANAL EM ATINS: USO DE MAPAS E DESENHOS

O conceito de territorialidade aplicado a ambientes úmidos ou marítimos pode soar de maneira contraditória, pois por muito tempo tinha-se em mente que o que se refere a territorialidade só poderia ser vinculado a espaços fixos e pré-definidos ou com alguma relação de propriedade estabelecida. Porém essa discussão tem sido ampliada de modo que geógrafos e antropólogos dialogam com as múltiplas formas de territorialidade que se manifestam em diversos grupos humanos.

Paul Little define territorialidade “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*” (LITTLE, 2002, p. 3). Essa definição permite que pensemos em grupos que não possuem um território previamente definido, mas que estabelecem ainda assim, vínculos para além da posse ou do controle de determinados locais. Assim, o conceito abrange muitos grupos humanos e ajuda a compreender que existem diversos tipos de territorialidade que podem ser identificados e compreendidos a partir do contexto histórico específico de cada grupo.

O conceito de cosmografia é importante para compreendermos a territorialidade, visto que “os saberes ambientais, ideologias e identidades” (LITTLE, 2002, p. 4) podem dar um panorama dos vínculos que os grupos humanos possuem com o seu território e a forma como defendem sua permanência nele. Little (2002) propõe que para a compreensão dos processos de territorialização no Brasil é preciso deter conhecimento dos contextos históricos e geográficos. Em suma, é necessário resgatar a história local e buscar recuperar a memória que ajude a entender a conduta de determinados grupos quando se trata da relação com o território.

O ser humano em sua natureza sempre esteve e está vinculado a processos de territorialização (HAESBAERT, 2007). Sendo assim, o território pode ser definido por

algumas dimensões como a política e a cultural, citando apenas duas delas, dando um caráter múltiplo ao que significa território.

Desse modo, a territorialidade é expressada e definida por diversas noções e regras que são coletivamente construídas pelos grupos humanos a partir do controle sobre determinada porção da natureza, que não se restringe a uma delimitação material no âmbito da propriedade individual ou coletiva. Isso permite explorar a territorialidade a partir de diversas dimensões (GODELIER, 1986).

Ao realizar uma reflexão sobre o território, Claude Raffestin (1993) estabelece uma distinção entre espaço e território, salientando que o espaço é anterior ao território. Dessa forma o território se constitui a partir do espaço e as ações realizadas por qualquer agente nele. Além disso, acrescenta o autor, a produção e ocupação de um espaço a partir do trabalho “revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

O espaço pode ser uma representação feita através da apropriação, enquanto o território é considerado um lugar de relações. Dessa forma: “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço.” (RAFFESTIN, 1993, p.153).

Sobre a territorialidade o autor declara, ainda, que ela “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). Ou seja, a territorialidade não está ligada ao espaço propriamente dito, mas é uma relação. Citando René Girard, Raffestin afirma que a “relação com o território é uma relação que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Raffestin define territorialidade como sendo “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema.”, p. 160). É a forma como “as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação” (RAFFESTIN, 1993p.161).

Simone Maldonado (1994), ao discorrer sobre a territorialidade dos pescadores do litoral da Paraíba, diz que ela pode ser explicada através da *marcação* que é definida como essencial para realização da pesca embarcada. No caso dos pescadores da Paraíba, a *marcação* confirma uma territorialidade que lhes é própria e “informa fundamentalmente o conhecimento marítimo e as outras práticas que a ela se associam na construção do

horizonte de relacionamento das sociedades pesqueiras com o real” (MALDONADO, 1994, p.98). Dessa forma, há uma divisão no mar que é feita pelos pescadores e que os orienta e organiza a pesca.

A não fixidez dessas *marcações*, que pode ser feita desde zonas de pesca conhecidas, até áreas menores identificadas por pedras, faz com que a pescaria esteja sempre num universo de redescobrimto dos locais, renomeações, e mesmo esquecimento de certos pontos. Esse conhecimento sobre o mar e a construção de uma territorialidade nele não tem a ver somente com uma habilidade natural de certas pessoas, é explicada também como “percepções e atitudes construídas no aprendizado social e na familiaridade com a natureza” (MALDONADO, 1994, p. 99). A *marcação* é, neste sentido, um elemento importante para a “apropriação e usufruto do mar pelos pescadores” (MALDONADO, 1994, p. 105).

As variações de marés também se tornaram um ponto explorado pela antropóloga para explicar que a territorialidade que é redefinida pelas transformações na natureza. Dessa forma os pescadores acionam tanto o tempo ecológico quanto o tempo processual.

Suana Silva (2017) ao analisar o caso da Reserva Extrativista de Acau-Goiana – PB/PE indica que os territórios pesqueiros podem ser comparados ao que alguns autores consideravam territórios de uso comum (ANDRADE, 2008), entendido como um regime de propriedade que contém delimitações socialmente reconhecidas, com normas específicas e que o controle não é exercido somente por um indivíduo ou núcleo familiar.

Segundo Silva (2017), a RESEX em questão, criada entre os estados de Pernambuco e Paraíba, deu-se graças à mobilização e reivindicação dos pescadores para a proteção dos territórios pesqueiros para a realização da pesca artesanal, ou seja, “os espaços relativos à atividade de pesca artesanal, assim como os respectivos bens naturais, são de uso comum” (SILVA, 2017, p. 192).

A definição de territórios de uso comum é dada como constituídos “de terra, água, vegetação, sons, caminhos, fauna, paisagens, trabalho, reprodução da vida, além das relações sociais e as relações simbólicas e afetivas com o lugar” (SILVA, 2017, p.192).

Estes autores nos ajudam a pensar o caso empírico estudado e a forma como a territorialidade se apresenta entre as famílias de pescadores, pescadoras e marisqueiras em Atins, visto que a territorialidade não está presa a noções que sugerem fixidez apenas. É derivada de formas específicas de relação entre os grupos humanos e o mundo natural. Pode ainda ser identificada a partir da forma como as famílias classificam as coisas, os recursos e os ambientes.

Atins: universo empírico para pensar a territorialidade

A territorialidade assume várias configurações no caso empírico estudado. Primeiramente porque se observam vínculos históricos com os ambientes pesqueiros e a forma como são classificados pelos pescadores. Em segundo lugar, porque com a criação da unidade de conservação de proteção integral e intensificação do turismo na região de vida e trabalho das famílias, foram impostas novas formas de percepção dos espaços e novas territorialidades (SANTOS, 2018).

A realidade das famílias que vivem no PNLM é traduzida nessas múltiplas territorialidades, seja pela transformação gradual dos ambientes, modificados pela agência da natureza, seja pela apropriação e vínculos afetivos dos trabalhadores com esses distintos ambientes.

Vamos nos deter em descrever a territorialidade relacionada à atividade da pesca realizada pelas famílias, muito embora existam outras formas de territorialidade que se manifestam como a ligada à agricultura, na escolha dos locais para implantação das chamadas *roças*, da territorialidade que é expressa através dos caminhos e *veredas*, e, além disso, a relação que possuem com as *morrarias*¹ e os conhecimentos que detêm sobre elas e sua movimentação.

Em Atins essas territorialidades estão superpostas, porém a que mais se destaca é a da pesca. Além disso, o litoral de Atins recebe muitas interferências da natureza e alguns ambientes são constante e completamente modificados, como é o caso da chamada *boca da barra*² que também é considerada um marco natural para os pescadores, principalmente para aqueles que realizam a pesca *lá fora*³.

A dinâmica da natureza é intensa e a territorialidade não é fixa, ao contrário, é maleável, e pode ganhar novas possibilidades de vínculos entre os pescadores. Exemplo disto é que pode acontecer de alguns pontos onde antes não era local de *mariscagem* (prática pesqueira realizada primordialmente pelas mulheres que consiste em *tirar* sururu e o sarnambi e que envolve formas particulares de conhecimento sobre os ambientes, seres vivos, técnicas corporais para realizar a atividade, etc.) passarem a ser, e inclusive podem surgir novas formas de classificar, de usar e de viver esses territórios. Mas a vida das famílias não é determinada pelo ambiente em que vivem. Inclusive elas podem modificar esses ambientes de forma a retardar os movimentos da natureza, e até mesmo prever futuras alterações. Essa lógica de trabalho a qual as famílias que se envolvem com

as práticas pesqueiras em Atins estão imersas, é também o que orienta o uso desses ambientes.

No caso da pesca em alto mar, os depoimentos dos pescadores apontam para uma série de práticas realizadas seja no intuito de localizar-se em alto mar para retornar ao continente, seja no sentido de marcar pontos onde há mais espécies de peixes. Marca-se com boias de isopor onde se colocam as redes para não correrem o risco de serem perdidas. Pedras, arrecifes e croas também servem como pontos de marcação no mar. A profundidade em *braças* também é feita a partir da ancoragem dos barcos. A figura do *mestre* tal como apresenta Maldonado (1994) na pesquisa já citada, é essencial para entender essas marcações e esse conhecimento por parte desses grupos como uma territorialidade pesqueira.

Com as mudanças ocorridas no recorte da praia de Atins, apontada pelos pescadores e marisqueiras como decorrente dos ventos leste que se intensificam durante o *verão* (entendemos verão como o período de estiagem que é explicada pelos pescadores como o período que compreende os meses de julho a dezembro), e também com a aproximação cada vez maior das marés à costa confirmada por imagens de satélite desde o ano de 1984 até o ano de 2016, houve algumas mudanças na pesca *lá fora*. Isso porque as partidas e chegadas dos barcos tiveram que mudar seus caminhos no mar, principalmente próximo à *boca da barra*, que se tornou um trecho muito perigoso para canoas e barcos menores.



Ilustração 1: Imagem plêiades. Fonte: Google Earth.



Ilustração 2: Imagem plêiades. Fonte: Google Earth.

Essas variações de unidade espacial possibilitaram uma melhora na pesca de *beira*, pois a mudança proporcionou uma reconfiguração da paisagem, caso da *lagoa* que foi sendo formada com influência das marés e pôde ser também chamada pelas famílias de Atins de *rio manso* por ter águas mais calmas que as da *beira da praia*. Nesse novo ambiente aumentou a incidência de peixes durante o *inverno* (período chuvoso que vai de janeiro a junho), pois há um *poço* que para os pescadores é onde há mais cardumes de peixes, que eles pescam para a alimentação da família cotidianamente.

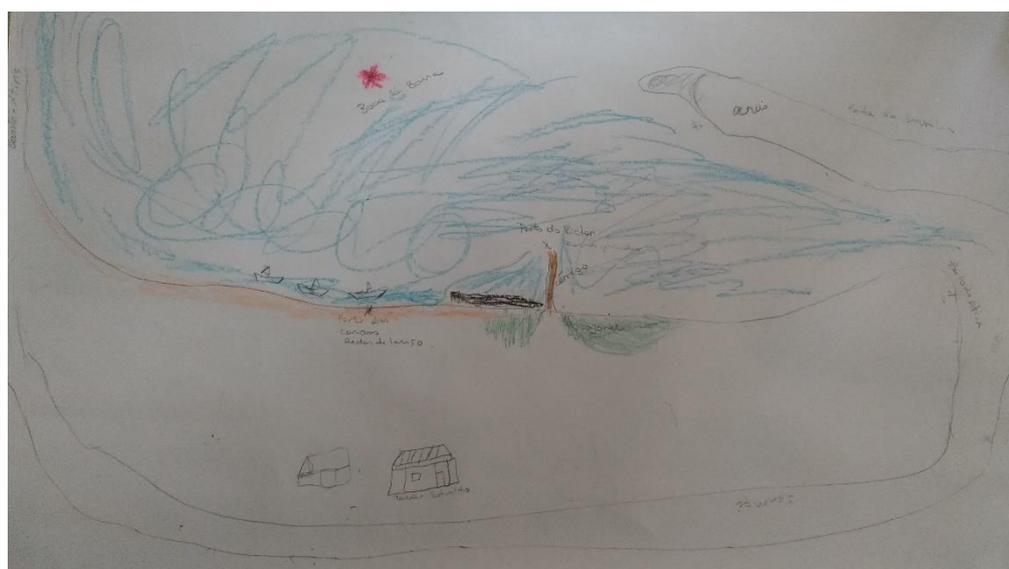


Ilustração 3: Desenho feito em colaboração por Sra. Luzenir e o Sr. Itamar que mostram a boca da barra no ano de 1980.



Ilustração 4: Desenho feito em colaboração por Sra. Luzenir e o Sr. Itamar que mostram a boca da barra no ano de 2017.

Na pesca na *beirada* há também marcações, uma delas é delimitação do que é *poção*. Ao atravessarmos de canoa para o outro lado do chamado *rio manso*, um dos pescadores de Atins indicou onde fica o *poção* e o descreveu como um local de grande profundidade. Há também nomeações dadas pelas famílias que ali vivem dos locais de pesca, além dos nomes das *praias* que os pescadores utilizam para essa prática. Fazem referência também aos *ranchos de pesca*, e muitas vezes recuperam, via memória coletiva, quem já havia morado em determinado local que atualmente só existe *praia*.

É o caso deste desenho realizado pelo senhor Didi, que indicou vários antigos moradores que tinham casas próximas a beirada da praia de Atins e que se mudaram por conta da agência da natureza nessa área. Essas casas já não existem mais no *povoado*. Porém, ainda assim, muitos se referem aos donos das casas para indicar a localização na *praia*. Servem, portanto, como referenciais para os mapas mentais (MAUSS, 2015) desses pescadores e marisqueiras.

povoados podem utilizar esses recursos, sempre com o aval de alguém mais próximo (com quem mantenha vínculo de parentesco, compadrio ou amizade) que vive e trabalha no *povoado*. Quando questionadas sobre as regras de uso daquelas porções onde se realiza a *mariscagem*, a maioria das interlocutoras afirmaram que não existia regra para tirar sarnambi e sururu, ou pescar, pois tudo era dado por Deus. Ou seja, aqueles espaços e recursos não deveriam ser apropriados por uma só pessoa ou família porque aqueles recursos seriam de todos, muito embora também seja apontado a preocupação de um dia acabar, na hipótese de que diminua este recurso, segundo a visão das *marisqueiras*, dado por Deus. Para essas mulheres a ideia de que “Deus dá”, está também ligado a determinados cuidados e modos de fazer que visam a permanência desses ambientes e recursos.

Para auxiliar na compreensão de como essas famílias de pescadores e marisqueiras concebem a territorialidade nesses ambientes em constante transformação, fizemos uso de um método que consistia em aliar imagens de satélite a desenhos, indicando alguns pontos considerados significativos para as famílias de Atins. Como o fez D’Antona (2008), o uso dessas tecnologias faz parte de “metodologias que combinam diversos tipos de dados.” (p.99). Para isso, foi realizada uma:

abordagem interdisciplinar para o estudo de mudanças no uso e na cobertura da terra buscando integrar o conhecimento no local sobre ambiente às ferramentas convencionais do sensoriamento remoto, de modo a permitir que diferentes percepções sejam incluídas em um único sistema analítico georreferenciado”. (D’ANTONA, 2008, p.100).

No caso em questão, utilizamos mapas disponibilizados no Google Earth da área estudada, usamos aparelhos de navegação por GPS para marcar alguns pontos indicados pelos pescadores e *marisqueiras* e desenhos feitos com a colaboração dos interlocutores, outras vezes, realizados somente por eles. Desse modo, foi possível fazer um trabalho que possibilitasse a colaboração de várias formas de conhecimento, de maneira a valorizar outras formas de saber, referidas a formas diferenciadas de percepção dos ambientes de que fazem uso.

A partir das descrições espaciais realizadas por meio dos desenhos, percebemos certa complementariedade sobre as feições do território de Atins representadas a partir dos mapas que foram mostrados aos nossos interlocutores como seu Didi, dona Luzenir e seu Itamar. Como esse exercício foi realizado separadamente, alguns outros interlocutores não se sentiram à vontade para realizar desenhos, mas fizeram questão de

indicar nos mapas disponibilizados vários pontos importantes como lagoas, portos que, resgatados pela memória, puderam fazer uma distinção entre a paisagem anterior e a atual.

Esse exercício também possibilitou considerar as várias formas de pensar esses ambientes e compreender a noção que têm de território. Foi possível perceber os diálogos entre o conhecimento técnico científico (na figura dos mapas prontos) e do conhecimento local (nos desenhos e indicações para marcar com GPS) que se mostrou bastante rico em detalhes, e que não está alheio às mudanças, e que contam inclusive com algumas previsões sobre o comportamento da natureza.

D'Antona (2008) aponta em sua reflexão sobre o uso dessa metodologia, que há variações em qualquer um dos dois conhecimentos, e questiona a superioridade de um saber científico sobre o saber local. Desse modo, ele põe em evidência a construção dos mapas em pixels que são pontos que compõem a imagem e podem sofrer interferências da natureza como nuvens no momento em que foi captada por algum satélite, etc. O importante aqui é demonstrar que tal como um desenho, o pixel também é uma representação sujeita à interpretação.

Ter essas informações sobre os usos dos territórios marítimos por estas famílias nos dias de hoje, e comparar com os usos que realizavam anteriormente, numa outra configuração do território, é importante para compor a história do uso desses territórios através das transformações da paisagem. Entender, inclusive, quais são as mudanças na organização social dessas famílias, relação com os recursos naturais e a variação das unidades espaciais.

A utilização dos desenhos elaborados pelos trabalhadores, em sua maioria fez com que os interlocutores demonstrassem um vasto conhecimento sobre os elementos da natureza, sobre as formas de classificações e, principalmente, sobre a relação desses grupos com essas múltiplas territorialidades. Dessa forma, esses desenhos “podem propiciar grande entendimento do atual uso da terra, assim como informa especializar antigos usos, o que favorece a compreensão do modo como os agricultores gerenciam suas propriedades ao longo do tempo” (D'ANTONA, 2008, p.104). No nosso caso, o que se apresenta através dos desenhos é a compreensão de como os pescadores e *marisqueiras* organizam-se e fazem uso destes recursos abertos e comuns.

Durante a pesquisa foram apresentados mapas da área estudada para alguns interlocutores mais dispostos a realizar esta empreitada. Ao se depararem com os mapas de vários períodos diferentes, em alguns momentos demonstravam certa dificuldade em identificar na escala exibida onde se encontravam cada ponto. Porém, ao localizarem a

boca da barra puderam identificar melhor os locais de pesca e *mariscagem*, tal como alguns recursos hídricos como o Igarapé que separa Atins de Santo Inácio, povoado vizinho.

Ao serem abordados para realizar esses desenhos de Atins com algumas indicações de locais de pesca e *mariscagem*, os interlocutores explicavam também sobre os tipos de coberturas vegetal, sobre o que se fazia antes em determinados locais e que atualmente não é possível e vice-versa. Eles também fizeram uso de cores para indicar áreas de alguma relevância, o que mostrou muitos pontos de vegetação que foram tomados pela areia, e uma nova área de restinga.

Compreendemos que a esses pescadores operam com uma escala que lhes é comum que considera não a escala cartográfica ou geométrica (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983) dos espaços em que vivem e trabalham, mas levam em consideração vários aspectos de sua relação com a natureza. Levam, portanto, em consideração, locais de pesca e *mariscagem*. Essa orientação, correspondente às escalas, pode ser observada nos desenhos, em que as representações dos elementos que os compõem feitas pelos nossos interlocutores podem nos levar a refletir sobre o valor e significado que os ambientes úmidos, em sua maioria locais de pesca, têm para os pescadores e *marisqueiras*.

A partir dessas formas de representação, pudemos comparar os desenhos que detalhavam muito mais aqueles territórios e demonstravam um volume mental fantástico que esses grupos detêm. Mostram também as limitações de cada recurso, usados isoladamente. Como os mapas e desenhos são importantes formas de representação, o relato desses interlocutores a partir deles revelam estratégias de continuidade em um território descontínuo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas ferramentas usadas articuladamente podem nos ajudar a descrever melhor a forma como as famílias percebem os espaços utilizados em seu trabalho e onde vivem. No nosso caso, as áreas de pesca e mariscagem.

Falando especificamente da *mariscagem*, podemos delimitar áreas com desenhos e fazer sobreposição com as imagens de satélite. Até mesmo entender como essas áreas vão se modificando e passam a ter outros usos. Ainda mais, demonstrar como estes locais de trabalho constituem-se, em termos temporais e a partir da agência da natureza, em territórios móveis.

A partir desse trabalho foi possível também perceber uma relação muito estreita com a natureza e a forma como contam a sua própria história por meio de analogias às mudanças naturais. Como afirma Silva (2014), os pescadores não são “incapazes de pensar sua condição social e histórica” (p.17).

A produção do espaço é feita a partir da experiência com o espaço vivido. O saber construído não é aprendido na escola, mas se constrói a partir de outras experiências. “O espaço como obra é obra de muitos, de muitas ações, de muitos sentidos de ações.” (SILVA, 2014, p.19).

Segundo esta geógrafa, em seu trabalho sobre os pescadores, “aqueles que resistem são geralmente os adultos e os idosos, os mais jovens vivem a crise societal de forma mais profunda, que se anuncia como crise do pescador” (SILVA, 2014p.20). Porém, no caso de Atins, percebe-se que ainda que aconteçam transformações impulsionadas por agentes externos, a socialização pelo trabalho, com o espaço vivido, com as múltiplas territorialidades em questão, está sempre em funcionamento, de modo que a vida social é este acontecer (SIMMEL, 2006), um emaranhado de teias que estão sendo cotidianamente tecidas ou remendadas. Torna-se, então, “fundamental compreender os movimentos da sociedade, os movimentos da relação sociedade-estado-espaço, e os movimentos das relações tempo-espaço vivido e concebido.” (SILVA, 2014, p.24).

A situação empírica que tomamos como objeto traz características ecológicas e elementos para pensar novas possibilidades relativas ao território da pesca. Não existe uma fixidez na territorialidade nesses ambientes. Em resumo, a territorialidade na pesca artesanal deve ser concebida a partir da compreensão de que território aqui significa a relação que os grupos humanos têm com os distintos ambientes em constante transformação.

A territorialidade nesse caso, tem um fluxo determinado pela agência da natureza, e se manifesta através dos usos, esforços de trabalho, classificação da natureza. Ou seja, a territorialidade se manifesta nas ações desses grupos sobre os recursos disponíveis e sobre os vínculos estabelecidos com esses ambientes.

NOTAS

¹*Morrarias* são como as famílias denominam as formações arenosas que constituem a paisagem do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Pode ser chamada de dunas também, porém essa denominação é usada com muito menos frequência pelos moradores locais.

²*Boca da barra* é o local por onde se tem acesso ao mar aberto. Essa abertura está em constante transformação, o que interfere na vida pesqueira do *povoado*. Segundo os pescadores, a *boca da barra* é um lugar que se movimenta: durante um tempo está em um determinado local e muda ao passar dos anos. O que é chamado de *boca da barra* corresponde a uma parte da *praia* em que a água da *lagoa* (água do mar que fica represada entre um cordão de areia e a beira do continente) sai para o mar. É pela *boca da barra* que os barcos, canoas, e atualmente, kitesurfs, passam para o *mar aberto*.

³*Lá fora* é também referido a pesca embarcada realizada em alto mar. É considerado lá fora o local onde os mestres e pescadores já não podem enxergar a costa.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. São Luís: EDUFMA, 1999.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira; CAK, Anthony Daniel; NASCIMENTO, Thaís Tartalha do. **Integrando desenhos e imagens de satélite no estudo de mudanças no uso e cobertura da terra**. Revista Ambiente&Sociedade, Campinas, v. XI, n. 1. 2008, p. 99-116.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuer**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

GODELIER, Maurice. **L'idéal et le matériel**. Paris: Fayard, 1984.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Revista GEOgraphia, ano IX, n. 17. Porto Alegre, 2007.

LITTLE, Paul Elliot. "Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade". In: **Horizontes Antropológicos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p. 02 – 32.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: ANNABLUME, 1994.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, col. Os pensadores, 1978, 436 p.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015, p. 423-502.

RACINE, J. B; RAFFESTIN, Claude, RUFFY, V. “Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia”. In: **Revista Brasileira de Geografia**, 45(1), Rio de Janeiro, jan/mar, 1983, p. 123-135.

RAFFESTIN, Claude. O que é território. In: **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 143 – 153.

SILVA, Suana Medeiros. **Território pesqueiro de uso comum: conflitos, resistência, conquistas e desafios na Reserva extrativista Acaú-Goiana/PB-PE**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017, p.185-203.

SANTOS, Lícia Cristina Viana Silva. **A participação das mulheres na pesca artesanal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: o caso da mariscagem em Atins**. Monografia. Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

SIMMEL, G. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006